



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



PLOA 2025

**Consolidação fiscal para o Brasil
continuar se desenvolvendo com justiça
social e compromisso ambiental**

2023-2024: o caminho para o equilíbrio fiscal

Ao longo de **2023**, adotamos várias medidas para o Brasil retomar o caminho do equilíbrio fiscal. Desde então, estamos colhendo os resultados:

1. Adotamos medidas para a recomposição das renúncias fiscais sem lastro feitas em 2022
2. Construimos o arcabouço fiscal, com seu limite de gastos e gatilhos de reenquadramento
3. Retomamos o voto de qualidade do CARF
4. Aprovamos várias medidas de justiça tributária, como o imposto de renda sobre fundos exclusivos e offshore
5. Corrigimos distorções, como as subvenções de ICMS
6. Fizemos a reforma tributária: racionalização do sistema tributário nacional
7. Resolvemos problemas do passado: precatórios e compensamos estados pela PEC dos Combustíveis
8. Começamos programas de conformidade tributária, como o Remessa Conforme

2023-2024: o caminho para o equilíbrio fiscal

Em **2024**, continuamos a trilha do equilíbrio fiscal:

1. Introduzimos com o Congresso Nacional aprimoramentos no Perse, colocando limite de R\$ 15 bilhões para o fim do benefício
2. Debates com o Congresso Nacional o fim escalonado do benefício da desoneração da folha
3. Colocamos em prática os instrumentos para o alcance da meta: bloqueamos R\$ 11,2 bilhões e contingenciamos R\$ 3,8 bilhões
4. Começamos as revisões de gastos: avaliação de políticas públicas para construir maior eficiência com menor despesa já para a PLOA 2025, com impacto de R\$ 25,9 bilhões

Com os esforços de 2023 e 2024,

1. Alcançamos crescimento real de mais de 9% da receitas federais totais entre janeiro e julho de 2024 em relação ao mesmo período de 2023
2. Reduzimos o déficit primário do governo central em mais de 85%: de R\$ 230 bilhões em 2023 para R\$ 28,8 bilhões em 2024*, mesmo com desafios contratados no passado, como o aumento do Fundeb de R\$ 32,8 bilhões em 2022 para R\$ 47,8 bilhões em 2024 e os R\$ 26,2 bilhões da desoneração da folha de pagamentos sem compensação também em 2024
3. Estabilizamos a despesa primária em relação ao PIB abaixo de 20%**

* Conforme o 3º RARDP-STN e SOF 2024

**Despesa primária em 2023, fontes: despesa primária RTN-STN e PIB IBGE; 2024, fontes: despesa primária e PIB conforme o 3º RARDP-STN e SOF.

PLOA 2025: a consolidação fiscal continua

Princípios da PLOA 2025

1. A consolidação fiscal continua, para o Brasil seguir se desenvolvendo com inclusão social e compromisso ambiental
1. O equilíbrio fiscal não é só do Governo, é do Brasil. Como em 2023 e 2024, perseguiremos a agenda de equilíbrio fiscal com diálogo democrático entre os Poderes. A interação democrática é o que permite a construção das medidas de consolidação fiscal
1. Pelo lado das despesas, além da gestão da execução orçamentária, as medidas centram-se na revisão de gastos, para mais eficiência com menor dispêndio
1. Pelo lado das receitas, essas medidas seguem dois pilares e um imperativo:
 - Criar nova relação entre fisco-contribuinte
 - Corrigir distorções e promover justiça tributária
 - O imperativo: cumprir a determinação do STF e compensar a desoneração da folha de pagamentos

PLOA 2025: no lado das despesas, a revisão de gastos e gestão da execução orçamentária

Revisão de gastos: para **2025**, continuaremos e reforçaremos a revisão de gastos, como a anunciada pelo Ministro Fernando Haddad em julho

Continuaremos ainda com a gestão da execução orçamentária, como os bloqueios e o contingenciamento quando necessário para o alcance da meta

Medidas de revisão de gasto – ações e valores (arredondados em R\$ bilhões) para 2025	
Medidas	Valores
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	6,4
Instituto Nacional da Seguridade Social	7,3
Reavaliação de benefícios por incapacidade	3,2
Bolsa Família	2,3
Pessoal	2,0
Proagro	3,7
Seguro defeso	1,1
Total	25,9

PLOA 2025: no lado das receitas, nova relação fisco-contribuinte

Nova relação fisco-contribuinte: mantemos itens já previstos em 2024 (como CARF e as transações tributárias). Contudo, ajustamos a previsão de valores

A importância da nova relação fisco-contribuinte: no CARF, por exemplo, entre 2017 e 2023, o maior volume financeiro (julgamentos + resolução) foi em 2018, R\$ 430,3 bilhões. Já entre janeiro e julho de 2024, o volume financeiro foi de **R\$ 527,2 bilhões**

PL 15/2024, novo marco legal para a Receita Federal orientadora: Programas Confia, Sintonia e Operador Econômico Autorizado

Criaremos um novo programa de transação para solução de litígios para grandes contribuintes, atendendo pedido dos contribuintes, que buscam acordos como o feito com a Petrobrás no 1º semestre de 2024

As empresas que nos procuraram estimaram pagar R\$ 130 bilhões de transação, mas consideramos R\$ 30 bilhões no PLOA 2025

Nova relação fisco-contribuinte: medidas e valores (arredondados em R\$ bilhões) PLOA 2025

Medidas	Valores
Novo programa de solução de litígio	30
Julgamentos do CARF	28,5
Total	58,5

PLOA 2025: no lado das receitas, a correção de distorções e a justiça tributária

Correção de distorções e justiça tributária: pilares importantes das medidas aprovadas pelo Congresso Nacional em 2023. Incomodam a população brasileira e a nós, a equipe econômica, brechas injustificáveis com que contribuintes não pagam sua cota tributária. Isso também prejudica a concorrência justa

Criamos a habilitação de benefícios tributários. Essa boa prática, usada em todo o mundo, foi implementada na subvenção de investimento, Lei do Perse e mais recentemente na MP 1227/2024, que criou a Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (DIRBI)

A habilitação traz transparência no uso de benefícios tributários, protege o erário e concede controle público sobre o usufruto de benefícios pelos contribuintes

Esse novo modelo também foi aplicado como paradigma no PL do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, com habilitação prévia, limite global do benefício (também presente no Mover e Depreciação Acelerada), busca de eficiência e de desenvolvimento tecnológico, com regra de fim escalonado

Correção de distorções: receitas com o uso da habilitação de benefícios tributários (arredondados em R\$ bilhões) PLOA 2025	
Medida	Valor
Habilitação de benefícios tributários	20

PLOA 2025: no lado das receitas, cumprir a determinação do STF e compensar a desoneração da folha de pagamentos

O imperativo de cumprir a decisão do STF e compensar a desoneração da folha de pagamento: elaboramos a PLOA 2025 durante a vigência da decisão do STF determinando a compensação da desoneração, cuja renúncia não constava da PLOA 2024

Estimativa inicial do custo da desoneração:

Custo da desoneração da folha de setores produtivos e municípios (arredondados em R\$ bilhões)	
Ano	Valores com fim escalonado do benefício
2024	26
2025	18
2026	10
2027	1
Total	55

PLOA 2025: no lado das receitas, cumprir a determinação do STF e compensar a desoneração da folha de pagamentos

Algumas incertezas envolvem o cumprimento da compensação, conforme determinado pelo STF:

1. os tempos das votações no Congresso e da sanção do Presidente, dado que 11 de setembro é o prazo final dado pelo Supremo para que seja definida a compensação
2. os termos do acordo: o projeto relatado pelo Senador Jaques Wagner (PL 1847/2024) compensa somente 2024, ou seja, o curtíssimo prazo, sem que seja definida compensação nos demais anos

Garantindo a hígidez da PLOA 2025, consideramos o que há de concreto: cumprir a decisão do STF e reonerar a folha de pagamento

Decisão do Supremo Tribunal Federal: reonerar a folha de setores produtivos e municípios (valor arredondados em R\$ bilhões)		
	PLOA 2025	LOA 2024
Estimativa da reoneração da folha de pagamentos	26	-

PLOA 2025: no lado das receitas, cumprir a determinação do STF e compensar a desoneração da folha de pagamentos

O Projeto de Lei 1847/2024 relatado pelo Senador Jacques Wagner, aprovado no Senado Federal em 20 de agosto de 2024, trará medidas de compensação no curto prazo, estimadas nos seguintes valores:

Medidas de receita para compensação da desoneração da folha do PL 1847/2024 – medidas e valores (arredondados em R\$ bilhões) para 2024		
Medidas		Total
1	Desenrola Agências Reguladoras	2,5
2	Atualização de bens imóveis	0
3	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (repatriação)	2
4	Depósitos judiciais	12
5	Ampliação e modernização do Cadin	1
6	Recursos Esquecidos	8
Total de medidas novas		2,5
7	Medida já em vigor: Remessa Conforme	0,7
Total		26,2

PLOA 2025: no lado das receitas, cumprir a determinação do STF e compensar a desoneração da folha de pagamentos

Temos acordo com os demais Poderes para manter e perenizar o equilíbrio das contas para além de 2024. A depender do resultado efetivo das medidas aprovadas no PL 1847/2024, mais medidas podem ser necessárias

Os contribuintes declaram por meio da DIRBI (declaração implementada recentemente pela Receita), valores efetivamente usufruídos na desoneração da folha de pagamentos que, anualizados e somados ao benefícios dos municípios, devem ultrapassar R\$ 30 bilhões

Com mais empresas declarando, a massa salarial crescendo com a economia aquecida e a desoneração dos municípios, podemos chegar em 2025 a R\$ 35 bilhões desonerados

Para garantir sua hígidez, acompanham a PLOA 2025 provisões de receita decorrentes de dois ajustes: na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e na retenção de Imposto de Renda no pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A alteração no JCP também se justificava na esteira da PLOA encaminhada ao Congresso em 2023. Em discussão com o Congresso Nacional e com os setores envolvidos, optamos então por ajuste pontual na JCP, que não resultou em aumento de arrecadação e foi, assim, excluída dos relatórios bimestrais em 2024

Medidas encaminhadas na PLOA 2025 para cobrir eventuais custos mais elevados do que os estimados com a desoneração da folha (arredondados e em R\$ bilhões)		
Medida	PLOA 2025	PLOA 2024 (para comparação)
Aumento linear na CSLL	14,9	-
Alteração na retenção de IR sobre JCP	3	10,4
Total	17,9	10,4

PLOA 2025: no lado das receitas, ainda, as receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil

Receitas não administradas pela Receita Federal: outorgas do Ministério dos Transportes - com frustração da projeção na PLOA 2024, para a PLOA 2025 ajustamos os valores.

Receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil: valores das outorgas do Ministério dos Transportes (valor arredondado e em R\$ bilhões)		
Ação	PLOA 2025	PLOA 2024
Valor	10	34

Dividendos, ademais, entram na PLOA 2025, com os seguintes valores:

Dividendos das empresas estatais federais no PLOA 2025 (valores arredondados e em R\$ bilhões)	
Empresa	Valor
Banco do Brasil	8,1
Caixa Econômica Federal	1,9
BNDES	6,3
Petrobras	14,6
Demais participações	2,9
Total	33,8

PLOA 2025: demais medidas para gestão da execução orçamentária

Ainda teremos outras medidas que ajudarão no esforço orçamentário em 2025

Caso ocorram frustrações de receitas, dois projetos de lei serão enviados ao Congresso Nacional no segundo semestre de 2024 ajudarão no equilíbrio orçamentário,

1. Tributação de grandes empresas de tecnologia e redes sociais (Big Techs)
2. Implementação do Pilar 2 da OCDE: estabelece tributação global mínima de 15% para empresas multinacionais

Pelo lado das despesas, caso haja frustração de receitas, também contamos com instrumentos de gestão da execução orçamentária

1. A agenda de revisão de gastos continuará ao longo do do segundo semestre de 2024 e nos próximos anos
2. Se forem necessários, bloqueios e contingenciamentos serão feitos para o alcance da meta de resultado primário de 2025
3. Como implementado em 2024, a cadência da execução orçamentária e financeira pode ser conduzida para fins de cumprimento da meta
4. Empoçamento financeiro do orçamento também poderá ajudar, se necessário for.

PLOA 2025

Consolidação fiscal para o Brasil continuar se desenvolvendo com justiça social e compromisso ambiental

- A consolidação fiscal que contratamos nas leis orçamentárias desde 2023 continua na PLOA 2025.
- A nossa incessante busca pelo equilíbrio fiscal é parte relevante dos excelentes números que a economia Brasileira tem apresentado. Vejamos:
 1. PIB crescendo próximo a 3% ao ano
 2. Desemprego em 6,9%, próximo à mínima histórica da Pnad Contínua (6,3%)
 3. Empregos formais abertos até julho de 2024: quase 1,5 milhão
 4. Renda real do trabalho em máxima histórica
 5. Pobreza no menor nível da série histórica (iniciada em 2012)
 6. Inflação bem comportada, declinante e dentro da meta
 7. Ibovespa na máxima histórica
 8. Risco país, medido pelo CDS de 5 anos, 40% menor na média de agosto de 2024 contra agosto de 2022 e 10% menor do que agosto de 2023
 9. Concessão de crédito total 6,80% maior em junho de 2024 contra junho de 2023
 10. Fitch, Moody's e S&P melhoraram a perspectiva sobre o rating brasileiro desde 2023
- **Estamos no rumo certo e a consolidação fiscal é parte importante do caminho!**

OBRIGADO!

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

